
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM ERERÉ/CE¹

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE LA SUCESIÓN HEREDITARIA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR: UN ESTUDIO DE CASO EN ERERÉ/CE

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF HEREDITARY SUCCESSION IN FAMILY AGRICULTURE: A CASE STUDY IN ERERÉ/CE

Alexandra Ingrid Medeiros de Lima²

<http://lattes.cnpq.br/9262221236837296>
<https://orcid.org/0009-0004-3265-6562>

Franciclécia de Sousa Barreto Silva³

<http://lattes.cnpq.br/3882414577607536>
<https://orcid.org/0000-0002-5862-1542>

Boanerges de Freitas Barreto Filho⁴

<http://lattes.cnpq.br/4110715663058131>
<https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>

Miguel Henrique da Cunha Filho⁵

<http://lattes.cnpq.br/9722689448081352>
<https://orcid.org/0009-0005-6323-4642>

RESUMO: O estudo concentrou-se na análise da agricultura familiar e do processo sucessório no município de Ereré/CE, com o objetivo de investigar as unidades familiares de produção local. A pesquisa buscou compreender a percepção dos produtores em relação à atividade agrícola familiar, bem como avaliar de que maneira o posicionamento dos pais influencia a sucessão dos empreendimentos. A pesquisa qualitativa, baseada em bibliografia e trabalho de campo, evidenciou mudanças no interesse geracional pela atividade agrícola. No

¹ Este trabalho apresenta os resultados de um estudo de caso realizado no município de Ereré/CE pela autora, monografia de conclusão de curso em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Nesta versão, o estudo recebe contribuições de análises de docentes do curso, enriquecendo a compreensão sobre a temática abordada.

² Graduada em Ciências Econômicas pela UERN, campus de Pau dos Ferros. E-mail: alexandramedeiros@gmail.com.

³ Docente do Departamento de Economia (CAPF/UERN), campus de Pau dos Ferros. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Membro do Grupo de pesquisa em Economia, Cultura e Território (GEPECT) e da Rede Internacional Interdisciplinar de Pesquisadores em Desenvolvimento de Territórios (Rede-TER). E-mail: francicleziabarreto@uern.br.

⁴ Docente do Departamento de Economia (CAPF/UERN), mestre em Planejamento e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. Membro do GEPECT e NEEPOD. E-mail: boanergesfilho@uern.br.

⁵ Docente do Departamento de Economia (CAPF/UERN), doutor em Planificación Territorial y Gestión Ambiental – Barcelona/Espanha. Membro do GEPECT e Rede -TER. E-mail: miguelfilho@uern.br.

passado, os filhos seguiam os passos dos pais, mas muitos hoje preferem buscar oportunidades nas cidades. Alguns pais incentivam a educação e novos caminhos, enquanto outros desejam a continuidade na propriedade, com especialização na gestão rural. Os principais desafios incluem trabalho árduo, baixos preços, falta de assistência técnica e ausência de políticas públicas. O estudo ressalta a necessidade de iniciativas governamentais para atrair jovens ao campo, assegurando a sucessão familiar e a sustentabilidade da produção agrícola.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; sucessão hereditária; juventude rural; políticas públicas; desenvolvimento rural.

RESUMEN: El estudio se centró en el análisis de la agricultura familiar y el proceso sucesorio en el municipio de Ereré/CE, con el objetivo de investigar las unidades familiares de producción local. La investigación buscó comprender la percepción de los productores respecto a la actividad agrícola familiar, así como evaluar de qué manera la postura de los padres influye en la sucesión de los emprendimientos. La investigación cualitativa, basada en bibliografía y trabajo de campo, evidenció cambios en el interés generacional por la actividad agrícola. En el pasado, los hijos seguían los pasos de sus padres; sin embargo, en la actualidad, muchos prefieren buscar oportunidades en las ciudades. Algunos padres fomentan la educación y la búsqueda de nuevos caminos profesionales, mientras que otros desean la continuidad en la propiedad, promoviendo la especialización en la gestión rural. Los principales desafíos incluyen el arduo trabajo, los bajos precios, la falta de asistencia técnica y la ausencia de políticas públicas. El estudio destaca la necesidad de iniciativas gubernamentales para atraer a los jóvenes al campo, garantizando la sucesión familiar y la sostenibilidad de la producción agrícola.

Palabras-Clave: Agricultura familiar; sucesión hereditaria; juventud rural; políticas públicas; desarrollo rural.

ABSTRACT: The study focused on the analysis of family farming and the succession process in the municipality of Ereré/CE, aiming to investigate local family production units. The research sought to understand farmers' perceptions of family farming activities and to assess how parental influence affects the succession of family enterprises. The qualitative research, based on bibliographic sources and fieldwork, highlighted changes in generational interest in agricultural activities. In the past, children would follow in their parents' footsteps; however, many today prefer to seek opportunities in urban areas. Some parents encourage education and new career paths, while others wish to maintain continuity in the family property, with a focus on specialization in rural management. The main challenges identified include hard labor, low product prices, lack of technical assistance, and the absence of public policies. The study emphasizes the need for government initiatives to attract young people to rural areas, ensuring family succession and the sustainability of agricultural production.

Keywords: Family farming; hereditary succession; rural youth; public policies; rural development.

INTRODUÇÃO

O estudo da agricultura familiar e da sucessão hereditária ganha relevância pela sua contribuição ao desenvolvimento rural, especialmente no contexto da agricultura familiar. No Ceará, dos 394.330 estabelecimentos agropecuários, 297.862 são classificados como pertencentes à agricultura familiar. No município de Ereré/CE, escolhido como foco do estudo, 49,44% da população reside na zona rural, de acordo com o censo do IBGE (2010), que estimou a população local em 7.254 habitantes (Lima, 2022).

A área rural do município é marcada por uma diversidade em recursos naturais e estruturas produtivas básicas, reforçando a necessidade de políticas públicas agrícolas eficazes (IBGE, 2010). Nesse cenário, a relação entre terra, trabalho e família evolui ao longo do tempo e em diferentes contextos, resultando em formas sociais diversas que moldam a organização das atividades e os modos de vida dos agricultores familiares.

Os desafios enfrentados pelas propriedades rurais familiares em relação ao futuro são significativos, especialmente devido ao êxodo rural, muitas vezes impulsionado pela ausência de políticas governamentais eficazes voltadas para o setor agrícola. Esse fenômeno tem contribuído para o esvaziamento das áreas rurais, refletindo uma realidade em que, mesmo nos países desenvolvidos, apenas cerca de um quarto da população economicamente ativa permanece nessas regiões (Abramovay, 1998).

Santos, Knox e Aquino (2024) trazem à tona as reflexões de Paulo (2014), que aponta um consenso entre os pesquisadores sobre a juventude rural na região Nordeste do Brasil. Apesar das diferentes abordagens e contextos analisados, os estudos convergem para a constatação de que a maioria dos jovens rurais nordestinos, especialmente os filhos de agricultores familiares, está abandonando o campo e não pretende seguir a profissão de agricultor. Esse êxodo é impulsionado, sobretudo, pelo precário acesso a meios de produção essenciais, como terra, água, máquinas e equipamentos, crédito rural e assistência técnica. Além disso, outra carência está relacionada ao déficit educacional das famílias camponesas nordestinas, conforme apontam Nascimento e Mendes (2015), o que dificulta ainda mais a permanência dos jovens no campo, assim como sua capacitação para a gestão das atividades agrícolas. A ausência desses recursos compromete a viabilidade da atividade agrícola, desestimulando os jovens a permanecerem no meio rural e a darem continuidade à sucessão familiar nas propriedades.

A reprodução social da agricultura familiar depende diretamente da permanência de ao menos um dos filhos como sucessor da propriedade. Um fator central nesse contexto é a transmissão da propriedade como herança, assegurando a continuidade do ciclo de sucessão de pais para filhos. No passado, a agricultura familiar enfrentava menos desafios nesse aspecto, uma vez que havia maior interesse por parte dos pais em formar os filhos como agricultores, e, reciprocamente, os filhos demonstravam maior disposição em assumir a atividade agrícola.

Para Mello *et al.* (2003), o processo sucessório nas propriedades rurais apresenta complexidades semelhantes às enfrentadas pelas empresas familiares. A discussão sobre sucessão pode gerar desconforto, pois, muitas vezes, está atrelada à perda do responsável pela unidade agrícola. Além disso, questões como a transferência de patrimônio e a delegação do poder sobre a propriedade frequentemente desencadeiam conflitos difíceis de solucionar. Como resultado, muitas famílias evitam planejar a sucessão, permitindo que ela ocorra de forma desorganizada quando inevitável, comprometendo o futuro da propriedade. Esse contexto despertou o interesse da autora em aprofundar a compreensão sobre a realidade do município em estudo.

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão de Curso (TCC) da autora, que foi ampliada com novas contribuições analíticas. O estudo teve como objetivo investigar as unidades familiares de produção do município de Ereré/CE, analisando a percepção dos produtores locais sobre a atividade da agricultura familiar e como o posicionamento dos pais influencia o processo de sucessão dos empreendimentos familiares.

Antes da apresentação dos resultados da pesquisa de campo, é necessário abordar algumas considerações fundamentais sobre a agricultura familiar no Brasil, incluindo suas características e sua importância no contexto rural e socioeconômico do país. Essas reflexões ajudam a contextualizar o estudo e a compreender as dinâmicas que envolvem a sucessão nas propriedades familiares.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O conceito de agricultura familiar vai muito além da simples produção de alimentos. Existe vasta literatura especializada que explora a complexidade da categoria “agricultura familiar” e destacam as diversas características, funções e desafios no Brasil.

Não obstante, é crível salientar algumas características delineadoras do universo da agricultura familiar brasileira, dentre as quais, destacam-se: a gestão e o trabalho são realizados principalmente pelos membros da família (I); a proximidade da família com a produção facilita a gestão e o trabalho (II); a legislação brasileira define um limite de área para enquadramento como agricultura familiar, embora o tamanho possa variar de acordo com a região (III); a maior parte da renda da família deve ser originada da produção agropecuária, apesar de existir pluriatividade em boa parte dos estabelecimentos rurais (IV); é responsável por boa parte da produção de alimentos para o consumo interno (V); é responsável por grande parte das ocupações no campo, especialmente em municípios com até 20 mil habitantes (VI); contribui para evitar o êxodo rural e manter algum dinamismo socioeconômico nas áreas rurais (VII); práticas e saberes tradicionais da agricultura familiar contribuem para a manutenção da cultura e do tecido social no campo (VIII); em contraste com o modelo de monocultura, pode contribuir para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais (IX). (Schneider; Cassol, 2013; Veiga, 2005; MAPA, 2017; Mattei, 2014; Schneider, 2005; Carneiro; Maluf, 2005; von der Weid, 2005; Bianchini, 2005; Damasceno; Khan; Lima, 2011; Silva; Barreto Filho, 2019; Lucena; Holanda Filho; Bomfim, 2020).

Maluf (2004) argumenta que a agricultura familiar é a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário, no qual os pequenos produtores fornecem alimentos mais diversificados e mais sustentáveis, ao mesmo tempo em que promovem a equidade e a inclusão social.

Outra característica da agricultura familiar é que os agricultores são os donos dos meios de produção e ao mesmo tempo são os trabalhadores de seu sistema produtivo, participando de diferentes etapas de produção, transformação e comercialização, reduzindo custos e agregando valor aos seus produtos (Finatto; Salamoni, 2008, p. 200).

O conceito de agricultura familiar ganhou destaque na década de 1990, quando o Governo Federal passou a incluir esse segmento em programas e ações específicas. Antes disso, eram utilizadas expressões como “produtor de subsistência”, “produtor de baixa renda” e “pequeno produtor” para se referir ao universo da agricultura familiar, que só recentemente passou a ser reconhecido de forma conceitual. (Schneider; Cassol, 2013).

Conforme apontam Schneider e Cassol (2013, p. 5):

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a três fatores igualmente importantes. O primeiro está relacionado à retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo, ao papel de mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que

debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas, que começaram a dar visibilidade a este setor com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF passou a desempenhar um papel fundamental para estimular a agricultura familiar, especialmente entre os agricultores com maior capacidade de capitalização e articulação. Esses agricultores conseguiram acessar recursos do programa, o que resultou em melhorias nas condições de produção e em ganhos de produtividade (Schneider; Cassol, 2013).

Formalmente, a agricultura familiar é caracterizada como toda atividade de cultivo e produção rural cuja gestão e mão de obra sejam predominantemente oriundas da família. A Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece, em seu artigo 3º, três critérios principais para enquadrar um estabelecimento rural como agricultura familiar: possuir área inferior a quatro módulos fiscais; contar com mão de obra predominantemente familiar e; obter a maior parte da renda proveniente da atividade agropecuária (Brasil, 2006).

Assim, o agricultor familiar é aquele produtor que se utiliza da própria mão de obra e de sua família para realização de sua produção. Além disso, grande parte de sua renda advém, exclusivamente, do que produz no estabelecimento rural, sendo que a produção deve ser realizada pela sua própria família, sem que haja interferência de terceiros na gestão do empreendimento.

Diversos estudos sobre o universo da agricultura familiar evidenciam também a heterogeneidade, as fragilidades, vulnerabilidades e as distintas estratégias adotadas, pelas famílias ou indivíduos, para tentar superar os problemas que se apresentam cotidianamente. Saliente-se que os problemas:

[...] podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos. (Schneider, 2010, p. 92).

Saliente-se que, em decorrência da heterogeneidade, os obstáculos estão enraizados em fatores diversos, com destaque para os fatores econômicos, sociais e ambientais, que limitam o pleno potencial do setor no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

A baixa disponibilidade de recursos financeiros é um dos maiores entraves para a agricultura familiar, pois dificulta a aquisição de terra (alguns estabelecimentos rurais da agricultura familiar são tão diminutos que limita, em demasia, a capacidade de produção), tecnologias, insumos e maquinários adequados para aumentar a produtividade e a

competitividade. Além disso, impede a diversificação das culturas e o acesso a mercados mais distantes, perpetuando ciclos de baixa rentabilidade e vulnerabilidade econômica. (Paiva; Barreto Filho, 2019; IBGE, 2020).

Embora programas, como o PRONAF, sejam destinados a atender as necessidades do setor, muitos agricultores familiares, especialmente aqueles em situação de extrema pobreza, não conseguem acessar linhas de crédito. A falta de documentação, a ausência de garantias, o alto custo burocrático e a dificuldade de atender aos requisitos mínimos tornam o crédito inacessível para uma parcela significativa dos agricultores, dificultando investimentos em melhorias estruturais e produtivas (Schneider; Cazella; Mattei, 2004).

A legislação ambiental brasileira, embora necessária para a proteção dos recursos naturais, frequentemente impõe restrições severas às práticas agrícolas tradicionais. Muitos agricultores familiares têm dificuldade em adaptar suas atividades às normas, enfrentando sanções ou custos adicionais para se regularizarem. Isso pode gerar desestímulo à produção, especialmente em regiões onde as regulamentações ambientais são mal comunicadas e/ou implementadas, como os casos dos biomas da Caatinga e da Amazônia.

O acesso limitado à educação é uma barreira significativa para o desenvolvimento da agricultura familiar. Agricultores com baixa escolaridade têm maior dificuldade em adotar novas tecnologias, gerir adequadamente os recursos financeiros e acessar programas de incentivo oferecidos pelo governo. A falta de formação também limita a inovação e a capacidade de se adaptar a mudanças no mercado ou às exigências ambientais (Paiva; Barreto Filho, 2019; IBGE, 2020).

Esses desafios, além de outros tantos, muitas vezes inter-relacionados, criam um ciclo de vulnerabilidade que perpetua a exclusão econômica e social de boa parte dos agricultores familiares. A superação dos obstáculos requer políticas públicas integradas, que promovam a inclusão financeira, a educação rural, o suporte técnico, o acesso à terra em quantidade suficiente para viabilidade produtiva, a harmonização entre as necessidades produtivas e as exigências ambientais (Aquino *et al.*, 2020).

Em que pese a existência de inúmeras vulnerabilidades e desafios, em relação ao último Censo Agropecuário realizado em 2017, os resultados para a agricultura familiar apontaram: a existência de cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos (77% do total), com 10,1 milhões de pessoas ocupadas no segmento (67% do total), sendo responsável por R\$ 107 bilhões, equivalente a 23% de toda a produção agropecuária brasileira, ocupando 80,9 milhões de

hectares, que correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2020).

Pesquisas apontam que a agricultura familiar movimenta bilhões de reais anualmente, é responsável por mais de 50% dos alimentos consumidos no país, gera empregos e renda, e contribui significativamente para manter a população no meio rural, favorecendo o desenvolvimento social e econômico (Damasceno; Khan; Lima, 2011).

Para além da produção agropecuária, a agricultura familiar desempenha funções como a preservação ambiental, a manutenção da cultura e a dinamização das economias locais. A agricultura familiar, com predominância de certa lógica camponesa, em contraste com o modelo empresarial, valoriza o trabalho e a cultura, integrando a produção ao modo de vida da família e do território.

A agricultura familiar brasileira, por suas características e pelo papel socioeconômico e ambiental, é um segmento que ainda carece de políticas públicas diferenciadas, que sejam capazes de considerar a multifuncionalidade e particularidades regionais, bem como, que assegurem suporte técnico, acesso facilitado ao crédito, incentivos à produção sustentável e que seja estimulante e rentável para atrair as gerações mais jovens.

AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO SUCESSÓRIO

A juventude rural desempenha papel fundamental para assegurar o desenvolvimento dos territórios rurais e a sustentabilidade da agricultura familiar. Ela carrega consigo todas as expectativas e desafios da categoria jovem, sua classificação abrange uma diversidade social advinda de experiência de trabalhos, sociabilidade, troca cultural, laços familiares e interação com o meio ambiente, fazendo com que haja uma autoidentificação por esse grupo, caracterizado como camponês, quilombola, assentado, ribeirinho, negro, agricultor familiar, sem-terra, extrativista, entre outros (Galindo, 2012).

Toda essa classificação da juventude rural reforça a colocação de Silva (2012) ao destacar que o campo e a agricultura devem ser vistos além da fonte de renda, e ser compreendido como espaços que possibilite aos jovens a realização de projetos pessoais, e que possam ser vistos como primordiais para o progresso da agricultura familiar e do meio rural em diferentes formas.

Weischeimer (2009, p. 69) destaca que “[...] o jovem pode ser encarado como um recurso latente pela sociedade, no qual aparece como grupo estratégico, envolvendo além de reprodução das relações sociais, mas também como agente transformador dessas relações”. Os jovens no campo contribuem para a reprodução social das unidades familiares, pois são os filhos os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família, daí a necessidade de analisar o processo de sucessão na agricultura familiar também na perspectiva do jovem.

No entanto, os números da população rural refletem uma realidade não muito promissora, mostrando que cada vez menos pessoas ficam no campo para atender as demandas rurais. De acordo com o IBGE (2020), dos mais de 211 milhões de brasileiros, apenas 15,3% vivem no campo, fato que preocupa e coloca o meio rural num cenário de inúmeras transformações e desafios, que se apoiam no envelhecimento e no êxodo da população rural, especialmente da juventude rural. Esses fatos, aliados às recentes transformações vivenciadas pela agricultura familiar afetaram de maneira mais dramática a juventude rural, provocando, principalmente, a migração e os processos de sucessão rural, podendo comprometer a continuidade do modo de produção familiar, dada a falta de perspectiva para os jovens agricultores.

Pesquisas realizadas por Flores *et al.* (2014) apontam essa migração considerando o fato de os jovens não reconhecerem um futuro promissor no campo, por conta da ausência de perspectivas, falta de oportunidade de empregos e acesso à cultura, lazer, educação de qualidade e continuada, infraestrutura, entre outros fatores.

As autoras Flores e Silva afirmam que:

Os jovens do campo dividem algumas preferências com os jovens da cidade e o acesso às tecnologias é de interesse de ambos, pois o jovem cidadão busca, cada vez mais, novas tecnologias. E o jovem rural anseia ter acesso a estas por acreditar que facilitam sua permanência em seu meio social, agregam valor ao seu trabalho e à sua produção, expectativas que não necessariamente se concretizam por meio das tecnologias (Flores; Silva, 2012, p.143).

Anjos *et al* (2006) ressaltam que a sucessão na agricultura familiar não é apenas uma questão de transferência de um imóvel em si ou patrimônio de geração para geração, mas também envolve uma passagem de cultura que coordena escolhas e até técnicas que garantam que o sucessor possa reproduzir a situação original. Esse processo de sucessão tem como base a tradição de distintas lógicas de cada grupo social, o que requer o entendimento dos diferentes significados em cada contexto social e cultural (Carneiro, 2001).

De acordo com Silvestro *et al.* (2001), seria exagero afirmar que o fato de os filhos serem descendentes de agricultores e participarem do processo de socialização e trabalho familiar garante sua permanência nas propriedades. A saída do meio rural muitas vezes ocorre devido às limitações na formação de novas propriedades e às oportunidades percebidas nas áreas urbanas. Alguns filhos, ao compararem os modos de vida rural e urbano, podem desenvolver uma visão mais atrativa das oportunidades oferecidas pelas cidades, considerando-as mais promissoras em termos de renda e qualidade de vida. Nesse contexto, os filhos podem optar por não dar continuidade à atividade agrícola familiar, buscando novas perspectivas profissionais em centros urbanos (Silvestro; Cortina, 1998).

É importante atentar que a relação dos fatores que mantém e motiva a geração jovem a permanecer, ou não, na zona rural e continuar com a unidade familiar é o resultado de diversos fatores. Para Brumer *et al.* (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica da propriedade, da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo, das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas não agrícolas e das relações que se estabelecem entre pais e filhos no interior das famílias.

Abramovay (2001) e Ahlert (2009) reforçam que o planejamento e a discussão da sucessão não acontecem na maioria dos estabelecimentos familiares rurais brasileiros. É importante que o pai proporcione formação adequada aos filhos, discuta, de forma organizada, sobre o processo sucessório o mais cedo possível e planeje gradualmente essa sucessão, isso pode ocasionar numa organização da propriedade, ou seja, enquanto os pais estejam ainda no poder das terras. Esse diálogo é importante porque os filhos dos agricultores são seus possíveis sucessores, e a permanência, ou não, destes na atividade rural dependerá de condições objetivas internas e externas da unidade familiar (Ahlert, 2009).

Mello *et al.* (2003) argumentam que antigamente o processo sucessório estava ligado à figura paterna, que tomava a decisão de como seria realizada a sucessão e quando. A conservação de uma figura masculina frente às decisões da área rural, excluem as mulheres de uma possível imagem de liderança no campo, cabendo a elas, então, manter o papel do serviço doméstico, associado aos afazeres de cuidados com os filhos, com jornada duplicada de trabalho, alternando entre a casa e a roça (Pereira *et al.*, 2012).

Para Carneiro (2001), o processo de sucessão na agricultura familiar é algo complexo, capaz de gerar várias interpretações e conflitos, como em relação a quem assumirá as responsabilidades na propriedade. Para essa autora, o sistema de valores existente impede o

acesso da mulher à terra, reproduzindo desigualdades de gênero, configurando o que se conhece como masculinização da população rural (Castro, 2009; Abramovay et al., 1998).

Com a abertura do mercado matrimonial, as jovens mulheres passam a olhar cada vez mais para a cidade e para os ideais urbanos; e a escolaridade também se torna um fator importante para os jovens que buscam oportunidades, haja vista vivenciarem, cotidianamente, a precariedade no meio rural (Bourdieu, 2000).

Portanto, com a diversificação de fatos, conceitos e características, observa-se que o êxodo dos jovens rurais é muitas vezes estimulado pelos pais, posto que almejam uma condição melhor de estudo para os filhos na cidade grande. Logicamente que outros pais, em situação oposta, podem manter o desejo da família em querer que o jovem permaneça no estabelecimento rural ou retorne a ele (Panno; Machado, 2014).

O que se apresenta como importante para a execução desta pesquisa é a necessidade de ir além das definições teóricas sobre a juventude no meio rural, de maneira que é necessário entender a realidade dos jovens rurais no município em estudo, a história de vida e as preocupações do cotidiano que as Unidades Familiares apresentam.

METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativa, combinou pesquisa bibliográfica e de campo com o objetivo de investigar a percepção dos produtores locais sobre a atividade na agricultura familiar, analisando de que forma o posicionamento dos pais influencia o processo de sucessão dos empreendimentos familiares. Conforme destacado por Gerhardt e Silveira (2009), a abordagem qualitativa é especialmente adequada para investigações sociais, pois permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos, utilizando o trabalho de campo como importante e fundamental ao processo de pesquisa.

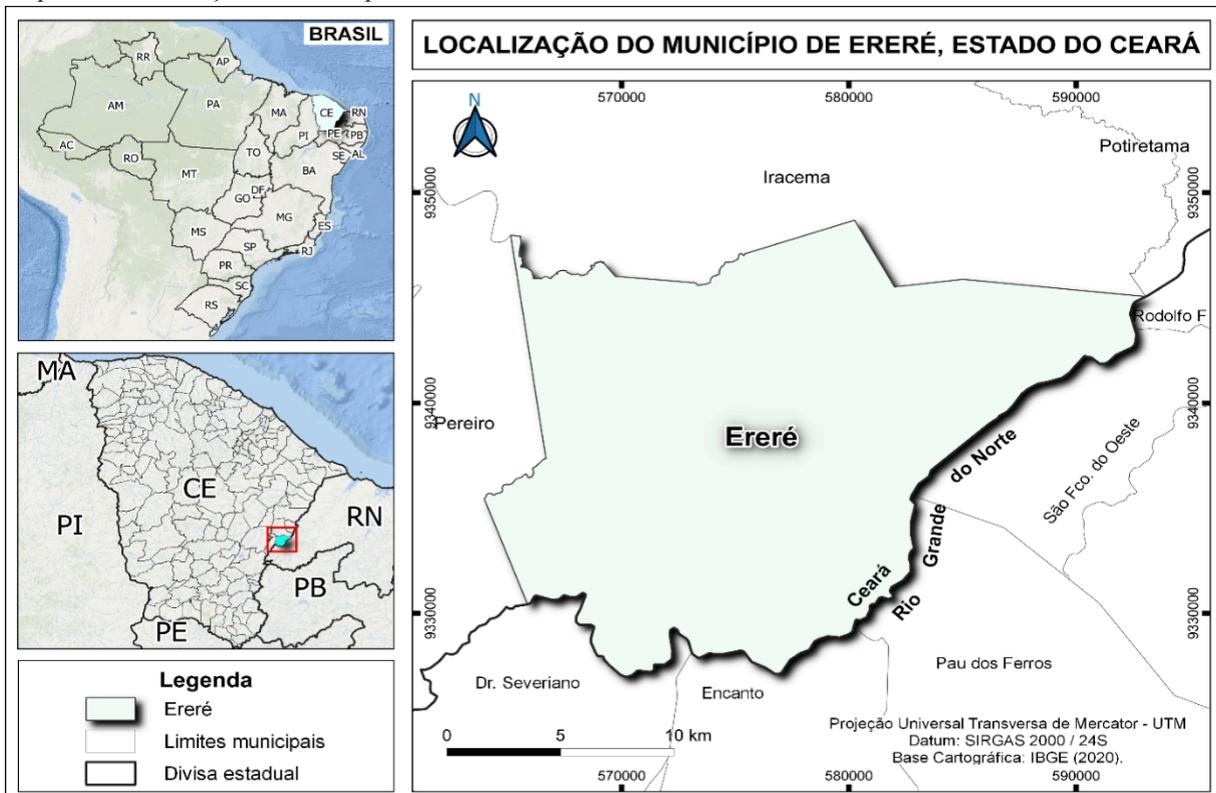
Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma amostragem não probabilística, buscando compreender a dinâmica da sucessão familiar local, primando pela descrição qualitativa, em detrimento da quantificação e generalização dos resultados. Desse modo, a pesquisa trouxe informações sobre a trajetória das unidades familiares, produção e sucessão, além de explorar a percepção dos proprietários sobre o futuro da atividade e os fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer nos empreendimentos familiares.

A pesquisa teve como foco as unidades familiares, realizando entrevistas tanto com os pais quanto com os filhos – potenciais sucessores – com idades entre 15 e 29 anos. O estudo,

de caráter exploratório e descritivo, buscou aprofundar a compreensão sobre o tema, delimitar o foco da investigação e identificar novas perspectivas, conforme destacado por Corrêa e Costa (2012).

O município de Ereré está localizado no estado do Ceará, abrangendo uma área total de 382,730 km² e uma população estimada em 2021 de 7.254 habitantes (IBGE, 2022), ver mapa 01. Aproximadamente 50,56% da população reside na zona urbana, enquanto 49,44% vivem na zona rural. Ereré é o sétimo município menos populoso do Ceará, ocupando a 178ª posição entre os 184 municípios do estado, com uma densidade populacional de 17,87 hab/km² - (Censo 2010 - IBGE, 2022).

Mapa 01 - Localização do Município de Ereré/CE – 2022.



Fonte: Lima (2022). Cartografia de Diego S. Albuquerque, 2022.

Ereré é conhecido por suas terras férteis, propícias ao cultivo de alimentos e à criação de animais. A economia local baseia-se na agricultura familiar, com destaque para culturas como arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, castanha de caju e legumes, além da pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves. Outras fontes de renda incluem a extração de madeira para lenha e construção de cercas, a extração de matérias-primas como carnaúba, areia e argila — estas últimas utilizadas na fabricação de telhas e tijolos em cerâmicas

localizadas na zona rural (Lima, 2022). A atividade pesqueira é artesanal, praticada em açudes locais, e o artesanato também complementa a renda das famílias rurais.

Figuras 1, 2 - Fotografias de campo, 2022.



Fonte: Lima, 2022.

O levantamento das unidades foi realizado com o apoio de informantes-chave, como técnicos da Emater e da Secretaria de Agricultura Municipal de Ereré, além dos primeiros produtores entrevistados. Foi utilizada a técnica de amostragem em cadeia (bola de neve) para organizar a lista de unidades a serem visitadas, incluindo números de telefone para contato inicial. Redes sociais, como o Instagram, também auxiliaram na localização dos depoentes.

Durante as visitas, realizou-se observação sistemática. A coleta de informações ocorreu em sítios e distritos do município, incluindo localidades como Açude Velho, Baixio, Balde, Bolas, Caiçarina, Catolé, Campos, Corredor, Genipapino, Lagoa, Lagoa da Onça, Lagoa Redonda, Milagres, Pau Ferrado, Pitombeira, Santa Rita, Varzinha e o Distrito de São João. A maior concentração de participantes ocorreu no Sítio Varzinha, representando 20% do total, seguido pelo Sítio Lagoa Redonda com 15% e pelo Sítio Catolé com 10%.

Ao final, foi possível obter a colaboração de 20 Unidades Familiares. O instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semiestruturada, permitindo flexibilidade na inclusão ou exclusão de perguntas ao longo da conversa.

SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ERERÉ/CE: A REALIDADE DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO LOCAL

A maioria dos entrevistados (46%) se encontrava na faixa de 51 a 60 anos, com um número significativo de indivíduos também acima dos 40 anos. Isso indica uma tendência de envelhecimento entre os proprietários rurais entrevistados, com uma participação muito pequena de pessoas com 35 anos ou menos (6%) (Lima, 2022). Os dados podem refletir uma baixa renovação geracional na agricultura familiar da região, sugerindo que o processo sucessório pode enfrentar desafios devido à falta de jovens envolvidos diretamente nas atividades agrícolas.

Essa realidade local se alinha aos dados nacionais, que apontam para um quadro de envelhecimento preocupante no setor agrícola. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 49% dos estabelecimentos familiares brasileiros são chefiados por agricultores com idade acima de 55 anos, enquanto os jovens de até 25 anos representam apenas 2% do total. O problema se manifesta em todas as regiões do país, apontam os autores, sendo ainda mais acentuado no Nordeste, que concentra 47% dos 3,9 milhões de agricultores familiares do Brasil (IBGE/SIDRA, 2019 *apud* Santos; Knox; Aquino, 2024).

Foi feito o levantamento do número de filhos, a divisão percentual por gênero (homens e mulheres) e a variabilidade nas famílias entrevistadas no município de Ereré/CE. Foram contabilizados 53 filhos no total entre as unidades familiares entrevistadas. O número de filhos varia entre as famílias, com algumas tendo apenas 2 filhos (por exemplo, UNF01, UNF02, UNF03) e outras com até 5 filhos (como UNF17 e UNF18). Distribuição por Gênero: homens representam 54,71% do total, indicando uma leve predominância masculina entre os filhos das unidades familiares. Variabilidade nas Famílias: A composição de gênero também varia. Algumas famílias têm todos os filhos do mesmo gênero, como UNF03 (100% mulheres) e UNF06 (100% homens), enquanto outras têm uma distribuição mais equilibrada (Lima, 2022). Embora a diferença entre homens e mulheres seja pequena, a ligeira predominância de filhos homens pode influenciar as dinâmicas de sucessão nas propriedades familiares, considerando que, tradicionalmente, em contextos rurais, homens podem ser preferidos para assumir a continuidade das atividades agrícolas.

A baixa escolaridade da maioria dos agricultores familiares, com 70% deles não tendo concluído sequer o Ensino Fundamental (Lima, 2022), pode trazer desafios importantes para a

sucessão das unidades produtivas. De acordo com Silvestro (2001), as pessoas mais velhas tiveram poucas oportunidades de prosseguir com os estudos, devido tanto à necessidade de trabalhar no campo quanto à falta de escolas que oferecessem ensino além do primário (equivalente ao atual 5º ano). A falta de uma formação mais ampla pode dificultar o planejamento da continuidade da propriedade, tornando mais complicado lidar com questões burocráticas, administrativas e financeiras que são essenciais para a manutenção do negócio familiar. Além disso, a resistência à adoção de novas práticas e tecnologias pode acabar afastando as gerações mais jovens, que muitas vezes buscam alternativas de trabalho fora do campo. A sucessão, nesses casos, pode se tornar um processo informal, sem um planejamento adequado, o que pode gerar conflitos familiares e até mesmo comprometer a viabilidade da unidade produtiva.

Por outro lado, há exemplos inspiradores de agricultores (caso da UNF14) que buscaram retomar os estudos por meio de programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enxergando na educação uma forma de melhorar as oportunidades e garantir um futuro mais promissor para seus filhos. Esse esforço por aprendizado mostra que, mesmo com as dificuldades, há vontade de se preparar melhor para os desafios da sucessão, tornando a educação um caminho essencial para o fortalecimento da agricultura familiar.

Os dados referentes à renda mensal familiar apontam para a predominância das famílias investigadas com renda entre 1 e 2 salários-mínimos (60%), o que reflete uma realidade de baixa renda no contexto rural de Ereré/CE, com poucas famílias alcançando rendas mais elevadas. Esse dado pode indicar limitações no acesso a recursos, investimentos e políticas públicas, o que impacta diretamente a sustentabilidade e o desenvolvimento das atividades agrícolas familiares. A concentração de famílias nas faixas de menor renda sugere desafios para a melhoria da qualidade de vida e para a sucessão familiar nas atividades rurais, uma vez que a atratividade econômica pode ser limitada para as gerações futuras. Detalhando, um percentual de 30% das famílias investigadas apresentou uma renda média de 3 a 4 salários-mínimos. Este grupo indica uma condição financeira relativamente melhor, possivelmente associada a maior diversificação de atividades produtivas ou maior eficiência no uso de recursos. Apenas 5% das famílias alcançam uma renda mensal entre 5 e 6 salários-mínimos. Este dado reflete um pequeno grupo que consegue superar a média geral, possivelmente devido ao maior uso de tecnologia, práticas de gestão eficientes ou maior escala de produção. O mesmo percentual (5%) possui rendimentos entre 7 e 10 salários-mínimos (Lima, 2022). Este grupo representa as famílias com maior renda, o que

pode estar associado a uma diversificação de renda ou maior acesso a mercados mais rentáveis.

Esses dados corroboram os achados de Nascimento e Mendes (2015), que destacam a elevada concentração de domicílios rurais no Nordeste com rendimentos inferiores a três salários-mínimos. Esse cenário aponta para a necessidade de reavaliar as políticas públicas voltadas para o meio rural, buscando ações que promovam a geração de renda e a inclusão produtiva dessas famílias. Além disso, o baixo nível de instrução predominante nas unidades familiares contribui para sua permanência em atividades de baixa remuneração, dificultando a melhoria das condições socioeconômicas e perpetuando um ciclo de vulnerabilidade financeira no meio rural.

É relevante mencionar que algumas unidades familiares complementam sua renda mensal com outras fontes. Os dados levantados em campo pela autora apontaram as seguintes fontes de renda externa e suas respectivas porcentagens (Lima, 2022):

Aposentadoria: É a principal fonte de renda não agrícola, presente em 10% unidades familiares, representando 29% do total.

Educação (professores): Também em 10% unidades familiares, corresponde a 28,10% do total, indicando que alguns membros das famílias atuam como professores, contribuindo para a renda familiar.

Empregada Doméstica: Essa ocupação está presente em 5% das unidades familiares, representando 14,30% do total.

Funcionário Público Municipal: Também presente em 5% das unidades familiares, com 14,30% do total.

Terceirizado: Encontrado em 5% das unidades familiares, correspondendo a 14,30% do total.

Os dados indicam que a aposentadoria e o trabalho na área de educação são as principais fontes de renda não agrícola entre as famílias entrevistadas, desempenhando um papel significativo na complementação do orçamento familiar. Outras ocupações, como empregada doméstica, funcionário público municipal e terceirizado, embora com menor representatividade, também fazem parte das estratégias de diversificação econômica adotadas pelos agricultores. Essas informações ajudam a entender a sucessão hereditária ao evidenciar que a atividade agrícola, muitas vezes, não é a única base de sustento das famílias, influenciando diretamente o interesse das novas gerações em dar continuidade à atividade rural. Como bem esclarece Schneider (2000), o surgimento das atividades não agrícolas e da pluriatividade está diretamente relacionado ao fenômeno da “urbanização do campo”. Esse

processo ocorre devido à expansão das cidades e à influência do mercado de trabalho urbano sobre as áreas rurais adjacentes.

No entanto, como destaca Wanderley (1999), o envolvimento dos membros da família em atividades externas não deve ser interpretado como um enfraquecimento da agricultura familiar, mas sim como uma estratégia para garantir a sustentabilidade da unidade produtiva e a segurança financeira da família. Avalia-se que esse cenário revela uma abordagem mais flexível da sucessão, em que a manutenção da propriedade pode ocorrer em conjunto com atividades não agrícolas, assegurando sua continuidade de forma adaptada às novas realidades socioeconômicas. Dessa forma, compreender essa dinâmica é essencial para perceber a sucessão hereditária como um processo que vai além da mera transmissão da terra entre gerações, envolvendo a necessidade de gestão equilibrada entre o campo e as oportunidades externas que garantam o futuro da família e da propriedade.

Quando se averiguou a distribuição percentual de pais e filhos nas unidades familiares entrevistadas no município de Ereré/CE, considerando se eles residem ou não na propriedade e se trabalham no campo constatou-se uma similaridade entre os percentuais de pais e filhos em ambas as categorias (65% residindo e trabalhando na propriedade, 35% trabalhando no campo, mas residindo fora) sugere uma estrutura de trabalho onde tanto pais quanto filhos mantêm um vínculo com a atividade agrícola familiar, seja residindo na propriedade ou deslocando-se até ela para trabalhar. Essa dinâmica pode refletir estratégias de preservação da atividade agrícola, mesmo quando os membros da família têm necessidades ou preferências que os levam a residir fora da propriedade.

As propriedades das unidades familiares entrevistadas apresentam uma diversidade significativa em relação ao tamanho, medido em hectares (ha). De acordo com os dados coletados, 25% das unidades possuem áreas entre 8 e 20 hectares, enquanto os outros 75% possuem propriedades com mais de 20 hectares (Lima, 2022). É importante destacar que, conforme os critérios para unidades de produção familiar, essas propriedades podem ter até quatro módulos fiscais, variando entre 88 e 120 hectares. Em resumo, a diversidade no tamanho das propriedades é expressiva, e embora o município seja pequeno, as áreas das unidades familiares entrevistadas são, em sua maioria, relativamente grandes, refletindo uma característica marcante da estrutura fundiária local.

Em relação aos arrendamentos de propriedades, apenas duas unidades familiares participam dessa prática. A análise revelou o seguinte:

UNF08: Essa unidade familiar arrendou outra propriedade, enquanto cedeu sua própria em troca. O motivo apontado foi a escassez de chuvas na propriedade própria, o que dificulta o cultivo e a criação de animais. Em contrapartida, a propriedade arrendada oferece melhores condições climáticas e estruturais, favorecendo tanto a criação de animais quanto o cultivo.

UNF04: Essa unidade arrendou a propriedade motivada pelo apreço pela vida no campo, pela prática da agricultura e pela criação de animais, além do cultivo de plantações.

Esses casos demonstram que o arrendamento de terras está relacionado tanto à busca por melhores condições produtivas (como no caso da UNF08) quanto ao desejo de permanecer ligado ao ambiente e às atividades rurais, como evidenciado pela UNF04.

Em relação à forma de obtenção das propriedades, foi realizada uma indagação que oferecia três opções excludentes: herança, compra ou uma combinação de herança e compra. De acordo com os resultados mostraram (Lima, 2022):

40% das propriedades foram obtidas exclusivamente por herança.

35% resultaram de uma combinação de herança e compra.

25% foram adquiridas exclusivamente por compra.

Um destaque foi a UNF14, onde a propriedade é administrada por uma viúva, que é professora, junto com seu filho de 29 anos. Essa unidade possui uma história peculiar: a propriedade foi herdada do pai (mãe da unidade), mas a viúva comprou as partes pertencentes aos outros irmãos herdeiros, que não estavam aptos para conduzir as atividades agrícolas. Isso reflete uma combinação das modalidades de obtenção de terras, motivada tanto pela necessidade de manter a propriedade em funcionamento quanto pela falta de interesse ou aptidão dos demais herdeiros em continuar no campo e cuidar da propriedade.

A predominância de propriedades herdadas (40%) reflete a forte ligação das famílias locais com a terra, onde a agricultura é muitas vezes mantida por gerações. Contudo, a significativa proporção de propriedades adquiridas por herança e compra (35%) e só compra (25%) evidencia uma dinâmica de reorganização fundiária dentro das famílias, como observado na UNF14.

A pesquisa revelou que todas as unidades familiares entrevistadas (100%) praticam a criação de animais, o que contribui para diversificar a produção e complementa o cultivo de plantações. Entre as atividades de criação, a bovinocultura destaca-se como a mais explorada, sendo adotada por 49% das unidades. Em seguida, vêm a criação de caprinos/ovinos (22%), suínos (18%) e aves (11%) (Lima, 2022).

A bovinocultura se destaca como a principal atividade econômica e social no contexto rural de Ereré/CE, desempenhando um papel fundamental na sustentabilidade das famílias que vivem da agricultura familiar. Mais do que uma simples fonte de renda, a criação de gado representa uma tradição, um modo de vida que atravessa gerações. A diversificação da produção, com outras criações e atividades complementares é importante porque fortalece as unidades produtivas, trazendo mais segurança econômica e reduzindo a dependência exclusiva da pecuária. Isso pode tornar a sucessão da propriedade mais atrativa para os herdeiros, pois amplia as possibilidades de atuação e inovação dentro da atividade familiar.

A comercialização direta com consumidores locais e empresas também contribui para a continuidade do negócio, gerando maior autonomia financeira e incentivando a permanência no campo. Além disso, a produção de derivados do leite e o uso para autoconsumo mostram que a bovinocultura vai além do aspecto comercial, sendo uma importante fonte de sustento e segurança alimentar para as famílias. Esse caráter multifuncional da atividade reforça a importância de manter a propriedade ativa, proporcionando aos sucessores não apenas uma fonte de renda, mas também um ambiente de qualidade de vida e pertencimento. Assim, a bovinocultura, aliada à diversificação e à conexão com o mercado local, tem um papel decisivo na sucessão das propriedades rurais, garantindo que a atividade se mantenha viável e atrativa para as próximas gerações.

Em relação às plantações, o cultivo mais presente entre os produtores pesquisados é o milho, com 40% do total. Em seguida, destacam-se o feijão (23%), o capim (17%), o sorgo (16%) e, com 2% cada, o arroz e a cana-de-açúcar (Silva, 2022). O milho possui grande importância econômica devido ao valor nutricional de seus grãos e ao seu uso intensivo na alimentação humana e animal, além de servir como matéria-prima para diversas indústrias. Possui também valor social por ser um alimento de baixo custo, viável para cultivo em pequena escala e por ser a base de várias cadeias agroindustriais, como a da produção de carne. Nesse contexto, o milho é um dos principais cereais cultivados globalmente e é o segundo grão mais produzido no território brasileiro (CONAB, 2014).

A pesquisa observou que, apesar de os produtores terem obtido uma boa produção, muitos deles se mostraram insatisfeitos com a cultura. Isso ocorre considerando os preços baixos praticados no mercado, o que dificulta a comercialização. Além disso, algumas safras enfrentam situações de crise devido à estiagem. Entre as 20 unidades pesquisadas, apenas uma relatou não haver nenhuma modificação na forma de cultivo; os demais produtores

mencionaram diversos avanços desde o tempo de seus avós, abrangendo desde a maneira de plantar até a colheita (Silva, 2022).

A pesquisa também investigou a participação dos filhos nas atividades agrícolas de unidades familiares no município de Ereré, Ceará. Das 20 unidades entrevistadas, 80% têm filhos que trabalham na propriedade, totalizando 35 filhos envolvidos. Cerca de 31% destes começaram a ajudar no campo entre 7 e 8 anos de idade. Relatos pessoais ilustram essa participação precoce e o entusiasmo dos jovens em aprender e contribuir, como no caso da UNF10, onde o filho único assumiu responsabilidades significativas na propriedade e se tornou o principal responsável pelas atividades agrícolas (Lima, 2022).

A UNF11 destaca-se por ter um filho que, além de auxiliar na propriedade desde cedo, buscou especialização na área agrícola, concluindo o Ensino Médio e realizando cursos em bovinocultura de leite e inseminação artificial. A UNF14 apresenta uma situação singular, com três filhas que participam ativamente das tarefas agrícolas, desde o cultivo até a comercialização dos produtos, desafiando estereótipos de gênero no setor (Lima, 2022).

A ausência de filhos envolvidos nas atividades agrícolas em 20% das unidades produtivas revela uma preocupação real dos pais quanto à continuidade da propriedade familiar. Alguns temem que, no futuro, os filhos optem por vender as terras, rompendo com o legado construído ao longo de gerações, como relatado pelo pai da UNF20 (Lima, 2022). Esse afastamento das novas gerações do campo pode estar relacionado a diversos fatores, como a busca por oportunidades em áreas urbanas, a percepção de baixa rentabilidade da atividade agrícola e as dificuldades enfrentadas no dia a dia da produção.

Essa realidade traz desafios significativos para a sucessão hereditária, já que, sem a participação ativa dos herdeiros, a continuidade da unidade produtiva pode estar comprometida. Além do risco de venda da propriedade, a falta de interesse dos jovens na agricultura pode resultar em uma gestão menos eficiente e na perda de conhecimentos tradicionais essenciais para a sustentabilidade da atividade.

Por outro lado, essa situação também aponta para a necessidade de tornar o campo mais atrativo para as novas gerações. Investir em inovação, diversificação da produção e melhorias nas condições de trabalho pode ajudar a despertar o interesse dos filhos e mostrar que a vida no campo pode ser uma escolha viável e promissora. Além disso, programas de incentivo à sucessão rural, como capacitações e acesso facilitado a crédito para jovens agricultores, podem desempenhar um papel importante na permanência das famílias no meio rural.

Diante desse cenário, fica evidente que garantir a sucessão das propriedades familiares vai muito além da transferência de terras; é preciso oferecer condições que motivem os sucessores a enxergar o campo como um espaço de oportunidade, crescimento e qualidade de vida.

Quanto à mão de obra externa, apenas 20% das unidades recorrem a trabalhadores contratados, geralmente devido ao volume de atividades que excede a capacidade da família. A maioria realiza as tarefas com mão de obra familiar (Lima, 2022).

Em relação ao acesso a programas governamentais, a maioria das unidades não participa de nenhum programa, principalmente por desconhecimento. Apenas 35% das unidades acessam programas do governo, utilizando-os para a aquisição de maquinários e custeio agrícola, visando aumentar a produtividade e modernizar as operações (Lima, 2022); programas citados: “Programa Hora de Plantar” e “Hora de trator”.

A assistência técnica é outra área crítica identificada: enquanto 30% das unidades recebem algum tipo de suporte, 70% das unidades enfrentam a ausência desse serviço (Lima, 2022). A falta de orientação profissional é apontada como uma das principais dificuldades, impactando negativamente o desenvolvimento das propriedades e a eficiência das práticas agrícolas.

Segundo os respondentes, a falta de assistência técnica pode impactar significativamente o desenvolvimento econômico da propriedade, pois alguns deles possuem pouca experiência no setor (Lima, 2022). A presença de um agrônomo para auxiliá-los na produção seria para eles de extrema importância para aumentar a produtividade da unidade familiar e serviria também como um incentivo adicional para que essas famílias permaneçam no ramo agrícola. Dessa forma, os sucessores teriam o apoio necessário para evitar tomar decisões equivocadas. Conforme Abramovay (1998), o crescimento gradual da assistência técnica proveniente de empresas particulares, produtoras de insumos modernos e máquinas, é um elemento que parece coexistir em uma espécie de divisão de tarefas com a rede de assistência oficial.

A falta de assistência técnica é uma realidade que tem um impacto direto na motivação dos sucessores em permanecer na agricultura. A ausência de suporte técnico pode gerar uma percepção de insegurança e falta de perspectivas, levando os jovens a enxergar a atividade rural como pouco promissora e a buscar oportunidades em outros setores. Por outro lado, a presença de profissionais qualificados, como agrônomos, poderia não apenas melhorar a

produtividade e a gestão das unidades produtivas, mas também servir como um estímulo para que as novas gerações vejam a agricultura como uma atividade viável e moderna.

A pesquisa também explorou a visão dos pais sobre o impacto da agricultura familiar no contexto da sucessão, analisando se a atividade tende à continuidade ou à regressão dentro da unidade familiar. Esse aspecto é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas famílias em garantir a permanência dos jovens na atividade agrícola, bem como os fatores que podem influenciar positiva ou negativamente o processo sucessório.

Os dados revelam que a agricultura familiar é, majoritariamente, percebida como um meio de sustento (60%), mas também carrega significados pessoais e sociais importantes, como lazer, união familiar e laços afetivos (30% somados); 5% informaram ser a melhor fonte de renda, e outros 5% relataram parceria econômica (Lima, 2022). Esse cenário reforça a multifuncionalidade da agricultura familiar, que vai além da mera produção econômica, desempenhando um papel crucial na coesão social e na preservação dos valores familiares.

Das 20 unidades familiares entrevistadas foram contabilizados 53 filhos, sendo 24 mulheres (45,29%) e 29 homens (54,71%). Em relação à sucessão, 85% das unidades declararam possuir sucessores, totalizando 34 filhos, dos quais 73% são homens e 27% mulheres. Desses, 71% estão na faixa etária de 15 a 29 anos, classificados como jovens (Lima, 2022). Os resultados obtidos neste estudo são semelhantes aos encontrados em pesquisas anteriores, como as de Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001), Mello et al. (2003), Brumer (2004) e Paulilo (2004), que registraram poucos casos em que as filhas foram designadas como sucessoras ou assumiram a administração das propriedades familiares.

Em 10% das propriedades pesquisadas, os sucessores já assumem a gestão diretamente. Uma, devido ao falecimento do pai, apenas um dos cinco filhos permaneceu na propriedade, assumindo as atividades no campo ao lado da mãe viúva. Na outra, o único filho homem assumiu a administração da unidade em função da idade avançada e problemas de saúde do pai, que o impossibilitam de continuar à frente das atividades. Apesar de um diálogo mais amplo atualmente em torno dos processos sucessórios, observa-se por meio do presente estudo que a sucessão na agricultura familiar ainda está fortemente centrada na figura paterna, observação que Abramovay (1998) ao estudar os desafios dos padrões sucessórios a partir da década de 1990 já apontava. Segundo o autor “[...] a transição considera, em maior medida, a capacidade e a disposição de trabalho do pai, em detrimento das necessidades do sucessor ou das exigências econômicas associadas ao desenvolvimento da atividade’ (Abramovay, 1998, p. 66)”.

A pesquisa apontou que a sucessão na agricultura familiar é predominante entre os filhos homens, com baixa participação de mulheres. Como destacado por Lamarche (1997), muitos agricultores já possuem sucessores designados ou têm possibilidade de escolhê-los no momento oportuno. Exemplos práticos mostram filhos assumindo a gestão por questões familiares, como falecimento ou incapacidade dos pais, demonstrando compromisso com a continuidade e vontade de investir na propriedade.

Os jovens que já assumiram a gestão das propriedades familiares demonstram um forte vínculo com o campo, valorizando a agricultura familiar e expressando um desejo de inovar e aprimorar a atividade. A pesquisadora chegou a conversar com alguns filhos (08 ao todo) das unidades familiares, classificados na categoria jovem (15 a 29 anos). Em seus depoimentos, destacam o comprometimento com a permanência no meio rural, mesmo diante dos desafios enfrentados, como as longas jornadas de trabalho, a baixa rentabilidade e a reduzidos incentivos.

Na UNF17, o filho de 29 anos, o único a suceder a propriedade entre seus outros 4 irmãos, relatou:

Sempre gostei de trabalhar com meu pai, quando ele faleceu permaneci comandando a propriedade junto com minha mãe, já que meus outros irmãos nunca quiseram; mesmo trabalhando na propriedade terminei o ensino superior, é claro com ajuda do pessoal contratado. Enfim, quero permanecer nessa vida, aperfeiçoar meus conhecimentos e conseguir inovações para a propriedade. Ainda resido na cidade, mas em breve quero construir minha casa dentro da propriedade (Filho sucessor da UNF17, 29 ANOS).

Na UNF11, o filho de 26 anos, o único a suceder na propriedade entre seus outros 4 irmãos, relatou:

Trabalhar com meu pai na nossa propriedade sempre foi prazeroso, gosto de morar aqui no sítio, desde criança fui ensinado a trabalhar no campo, e ser meu próprio patrão é sinal de orgulho, quero que meu filho siga meus passos, ou se for para estudar, que seja na área rural (Filho sucessor da UNF11, 26 ANOS).

Ainda observando a sucessão, na entrevista complementar feita com uma das filhas da UNF14, a filha declarou que:

É inexplicável o amor que tenho por essa propriedade, nasci aqui, não tem coisa melhor quando acordo às 4h da manhã para ajudar meu pai na vacaria, de ir deixar o leite até a distribuidora junto dele, de ajudar na colheita. Simplesmente eu gosto de tudo que envolva agricultura, quero muito ser engenheira agrônoma” (Filha sucessor da UNF14, 15 ANOS).

É o que constatam, também, Silvestro *et al.* (2001):

[...] os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante a sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (Silvestro *et al.*, 2001, p. 27).

No entanto, ao mesmo tempo em que há esse engajamento, observa-se que outros jovens optam por buscar novas oportunidades nas cidades, seja por meio da educação ou do mercado de trabalho urbano. Essa realidade evidencia uma dualidade marcante entre o desejo de continuidade no campo e a tendência ao êxodo rural, refletindo as diferentes perspectivas e expectativas das novas gerações em relação à vida no meio rural.

A maioria dos pais entrevistados (75%) acredita no potencial dos jovens para inovar na agricultura familiar, promovendo maior desempenho e renda. Panno *et al.* (2014) ressaltam a importância do desejo da família em incentivar os jovens a permanecerem ou retornarem ao meio rural. Para isso, os autores enfatizam que é essencial que os pais criem condições favoráveis, promovendo a divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades, além de envolver os jovens no processo decisório. Por outro lado, 15% dos entrevistados acreditam que a maioria dos jovens não dará continuidade à atividade agrícola familiar. Entre os fatores apontados estão a visão dos pais depoentes de que a agricultura familiar é desvalorizada, e o desejo de muitos jovens de buscar oportunidades fora do meio rural, seja para estudar ou trabalhar nas cidades. Um exemplo é relatado na UNF12: “Eu quero que meu filho de 17 anos trabalhe na nossa propriedade, mas quero que ele estude também, porque ele não quer viver só no campo, então tem que estudar” (Pai da UNF12, 37 anos *apud* Lima, 2022). Já outros, (10%) relatam que a maioria dos jovens podem dar continuidade à atividade no campo, mas que pretendem estudar.

Foi questionado também se houve avanços que incentivem os jovens a permanecerem no campo. Das unidades entrevistadas, 80% afirmaram que houve avanços significativos, com destaque para o uso de maquinários que facilitam as atividades diárias nas propriedades. Em unidades que utilizam ordenha, a tecnologia foi apontada como um fator importante para agilizar a produção de leite. Por outro lado, 15% dos pais/unidades relataram poucos avanços devido à dificuldade de acesso a tecnologias, e apenas 5% afirmaram não perceber qualquer progresso (Lima, 2022).

Quando questionados sobre a contribuição dos jovens para a agricultura familiar, 50% dos entrevistados responderam positivamente, destacando que os jovens desempenham um papel indispensável nas atividades do campo. Na visão desse grupo, os jovens frequentemente

assumem a responsabilidade pela propriedade quando os pais precisam se ausentar. O fato de 50% dos entrevistados reconhecerem a importância da participação dos jovens nas atividades do campo indica que há um grupo engajado, disposto a assumir responsabilidades e garantir a continuidade da unidade produtiva familiar. Esses jovens assumem um papel essencial na gestão da propriedade, o que demonstra uma perspectiva positiva para a sucessão, pois contribuem ativamente para a manutenção das atividades, adquirindo experiência e fortalecendo o vínculo com a terra.

Por outro lado, 35% dos entrevistados afirmaram que apenas uma parte dos jovens contribui, enquanto outros preferem trabalhar fora do meio rural, buscando empregos fora em vez de se dedicar à propriedade familiar. Essa realidade apontada por esse outro grupo de entrevistados, que mencionam uma contribuição parcial dos jovens, revela uma tendência de afastamento gradual, à medida que eles buscam oportunidades em outras áreas, principalmente no mercado urbano. Esse movimento pode comprometer a sucessão familiar.

Os 15% restantes declararam que é raro ver jovens envolvidos na agricultura, apontando uma falta de interesse generalizada. Como ressaltado por uma mãe (UNF 09, 55 anos): A “Maioria dos filhos, só querem residir na propriedade não sabem nem pegar em uma enxada” (Mãe da UNF 09, 55 ANOS apud Lima, 2022). O que foi apontado pelos 15% restantes é preocupante, quando relatam uma falta de interesse dos jovens pela agricultura. Essa rejeição à atividade rural, muitas vezes associada a fatores como trabalho árduo, baixa renda e falta de incentivos, pode representar um risco real para a sucessão, uma vez que, sem sucessores dispostos a assumir a propriedade, há a possibilidade de abandono ou venda das terras.

Como destacado por Abramovay (1998) em suas análises sobre os processos sucessórios, a permanência dos jovens na agricultura familiar é influenciada não apenas por fatores econômicos, mas também pelas relações intergeracionais e de gênero. O interesse dos jovens pela vida no meio rural, segundo o autor, está diretamente relacionado ao reconhecimento e à valorização de suas iniciativas. Esse cenário continua sendo observado ainda hoje. Além do estímulo à discussão dos processos sucessórios no seio das famílias por meio das organizações representativas, para o autor, é essencial que os jovens sejam contemplados com programas de capacitação e acesso a linhas de crédito, garantindo a base material necessária para sua afirmação como futuros agricultores.

Os pais foram questionados quanto aos desafios do jovem no campo, os principais desafios incluem:

Trabalho árduo: Mencionado por 100% dos entrevistados, envolve esforço físico e longas jornadas.

Baixa renda: Apontada por 85%, exige organização financeira rigorosa.

Clima quente: Relatado por 75%, dificulta as tarefas no campo.

Falta de políticas públicas: Citada por 65%, evidencia a ausência de incentivos governamentais voltados aos jovens.

Falta de habilidades técnicas: Manuseio de equipamentos foi mencionado por 40%.

Schneider (2014) destaca que, desde a segunda metade da década de 1990, o Brasil tem implementado uma série de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Entre essas iniciativas, destacam-se programas de crédito, acesso à terra, incentivo à comercialização e assistência técnica, entre outros. No entanto, tais políticas não alcançam de maneira equitativa todos os agricultores, sobretudo os mais jovens. Em Ereré-CE, por exemplo, muitos desconhecem a existência de programas específicos voltados para a juventude rural e, mesmo quando estão cientes dessas iniciativas, enfrentam inúmeros obstáculos para acessá-las. Essa realidade reforça a percepção, manifestada pela maioria dos entrevistados, de que há uma significativa carência de políticas públicas que atendam às necessidades da juventude rural no país, dificultando sua permanência no campo e a continuidade das atividades agrícolas familiares.

A realidade da sucessão hereditária na agricultura familiar também é abordada por Santos, Knox e Aquino (2024) em um estudo recente realizado no pequeno município de Pedro Velho, localizado no estado do Rio Grande do Norte (RN), na região Nordeste do Brasil. Os autores destacam que esse processo sucessório é fortemente impactado pela ausência e descontinuidade de políticas públicas estruturadas de forma integrada. Afirmam os autores, que elementos fundamentais, como acesso à terra, assistência técnica, crédito rural, acesso a mercados, tecnologias de produção, infraestrutura rural, mobilidade e educação, são essenciais para garantir as condições necessárias à permanência dos jovens no campo com qualidade de vida. No entanto, a falta de articulação entre essas políticas compromete a sustentabilidade das unidades produtivas familiares e desestimula a continuidade geracional na atividade agrícola.

O fortalecimento da atividade agrícola familiar exige a adoção de incentivos governamentais eficazes e uma maior valorização do trabalho no campo, garantindo condições favoráveis para a permanência das novas gerações na atividade agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto analisado, constatou-se que as unidades agrícolas familiares do município de Ereré - CE investigadas se concentram sobretudo na produção de alimentos básicos, na criação de animais e na produção de leite, com muitas propriedades transferidas por herança, o que reforça os laços entre gerações.

O estudo evidenciou a relevância da agricultura familiar no contexto regional nordestino, especialmente a partir das narrativas e perspectivas dos proprietários de unidades produtivas no município de Ereré/CE. As análises revelaram que a postura dos pais frente a atividade exerce um papel determinante no processo de sucessão das propriedades rurais locais, influenciando diretamente o envolvimento dos jovens e a continuidade das atividades no campo.

A permanência dos jovens no campo é uma questão central e motivo de preocupação entre as famílias pesquisadas. Embora a divisão do trabalho na agricultura familiar ainda recaia majoritariamente sobre os filhos homens, o estudo revelou exemplos inspiradores de filhas que assumem o papel de sucessoras, demonstrando um profundo vínculo com a terra e o desejo de modernizar as propriedades. Essas jovens enxergam a agricultura como um espaço de inovação, trazendo novas tecnologias e melhorias que contribuem para a sustentabilidade das unidades produtivas. Além disso, alguns dos jovens entrevistados veem na qualificação profissional, por meio de cursos como agronomia e veterinária, uma oportunidade para adquirir conhecimentos técnicos que lhes permitam administrar melhor as propriedades e torná-las mais produtivas e competitivas. Esse movimento indica que, apesar dos desafios, há um interesse por parte da nova geração em dar continuidade ao legado familiar, desde que tenham acesso às ferramentas e ao suporte necessários para enfrentar as exigências do setor agrícola contemporâneo.

Os dados revelaram que 85% das unidades familiares entrevistadas já possuem sucessores definidos, evidenciando uma intenção clara de continuidade da atividade agrícola. Em muitos desses casos, os filhos demonstram interesse em permanecer no campo e dar prosseguimento ao trabalho agrícola familiar. No entanto, apesar desse cenário aparentemente promissor, uma parcela significativa dos pais expressa preocupações em relação ao futuro da propriedade, mencionando incertezas quanto ao real comprometimento dos jovens.

Entre os principais desafios que podem comprometer essa continuidade, destacam-se a baixa rentabilidade da atividade agrícola e a atratividade das oportunidades oferecidas pelas

idades, fatores que frequentemente resultam no êxodo rural. Essa dualidade entre o desejo de continuidade e as dificuldades enfrentadas ressalta a necessidade de políticas públicas e estratégias eficazes para tornar a vida no campo mais atrativa e viável para as novas gerações, garantindo uma sucessão sustentável e planejada.

Torna-se, portanto, imprescindível a adoção de medidas por parte do poder público, especialmente diante do envelhecimento da população rural, que tende a aumentar o número de unidades produtivas abandonadas ou utilizadas exclusivamente como moradia, comprometendo a sustentabilidade do setor agrícola familiar

Ao longo do estudo, foi possível observar uma mudança nas dinâmicas da sucessão. No passado, a continuidade era quase automática, dada a falta de alternativas fora do meio rural. Hoje, diferentes perspectivas tornam o processo sucessório mais desafiador. Essa realidade destaca a necessidade de políticas públicas que valorizem a agricultura familiar, incentivem os jovens e promovam um ambiente mais atrativo para a permanência no campo.

Este estudo trouxe, portanto, uma importante reflexão sobre as transformações nos padrões sociais que vêm impactando a agricultura familiar no Brasil. Os resultados do estudo realizado evidenciam que o sucesso do processo de sucessão não depende apenas do desejo individual dos jovens em permanecer no campo, mas também de um contexto econômico e político favorável, que valorize e incentive a vida rural. Fatores como acesso a políticas públicas, oportunidades de capacitação e condições de trabalho dignas são fundamentais para garantir a continuidade das propriedades familiares. Nesse sentido, a permanência das novas gerações na agricultura exige um esforço conjunto entre famílias, governo e sociedade, promovendo ações que tornem o campo uma opção viável e atrativa. Somente com iniciativas integradas será possível fortalecer a agricultura familiar como uma alternativa sustentável, capaz de garantir não apenas a segurança alimentar, mas também o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AHLERT, L.; CHEMIN, B. F. **A sucessão patrimonial na agricultura familiar**. Revista Estudo e Debate. Lajeado, v. 17, n. 1, p. 49-74, 2010

AQUINO, J. R. de; *et al.* Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 113-131, 2020.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do Desenvolvimento Rural Sustentável. *In*: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate.** – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 81-98.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF: Diário Oficial da União (DOU), dia 25/07/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação.** Campinas: Papirus, 2000.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Estudos Feministas, 2004.

BRUMER, A., **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro, p. 35-51, 2007.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. *In*: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate.** – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 43-58.

CONAB. **Quadro de suprimentos.** 2014. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

CORREA, J. C. S; COSTA, M. M. **Metodologia da pesquisa 1 e 2.** Belém: IEPA, 2012.

DAMASCENO, N. P; KHAN, A. S; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.

FINATTO, R. A; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.

FLORES, A. et al. **Juventude assentada: guardiã do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara/SP.** Brasília, p. 133-144, 2014.

GALINDO, E., **A juventude do rural e as políticas públicas.** Brasília, 2012

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora

UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806/>. Acesso em: 06.08.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuaria.html>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Conheça o Brasil – população rural e urbana. 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-> Acesso em 12 de dezembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2021. Ererê. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/erere/panorama>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LIMA, A. I. M. de. **Agricultura familiar e sucessão hereditária:** estudo de caso no município de Ererê- CE, 2021 (Monografia Ciências Econômicas - UERN).

LUCENA, C. C. de; HOLANDA FILHO, Z. F; BOMFIM, M. A. D. Atuais e potenciais impactos do coronavírus (COVID-19) na caprinocultura e ovinocultura. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos**, n. 10, p. 1-6, 2020.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, p.83-91, 2014.

MELLO, M. A. de. et al., **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar.** São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 16 nov. 2024.

NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. Dinâmica da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana. **Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária.** Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 579-592.

PAIVA, M. A. G. de; BARRETO FILHO, B.de F. Contribuições do programa nacional de crédito fundiário para as comunidades rurais em Portalegre/RN. **Revista Cadernos de Economia**, v. 23, n. 39, p. 26-43, 2019.

PANNO, F; MACHADO, J. A. D. **Influências na decisão do jovem trabalhador rural:** partir ou ficar no campo. 2014.

PAULILO, M. I. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 2004.

SANTOS, E. C. dos; KNOX, W; AQUINO, J. R. de. Famílias camponesas e sucessão no Nordeste brasileiro: limitações à permanência dos jovens no “ofício de agricultor”. **Revista Mundo Agrário**, 2024.

SCHNEIDER, S. As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. Publicado em **Cuadernos de Desarrollo Rural**. v. 1 n 44, Bogotá – Colômbia, 2000, p. 11-40.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 23-42.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo com Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. **Rimisp**, Santiago, Chile. 2013.

SILVA, E. **Jovens agricultores**: entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo. Recife, 2012.

SILVA, L. D. da; BARRETO FILHO, B. de F. AGRICULTURA FAMILIAR E FUMICULTURA EM PILÕES/RN. **Revista Cadernos de Economia**, v. 23, n. 39, p. 58-79, 2019.

SILVESTRO, M.L; CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense**, 1998.

SILVESTRO, M.L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis e Brasília, 2001.

VEIGA, J. E. da. A relação rural/urbana no desenvolvimento regional. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 9-22.

VON DER WEID, J. M. Agroecologia e agricultura familiar para o aumento da segurança alimentar: uma visão geral. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 59-80.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.